

Carta subscrita pelas Centrais Sindicais em apoio à convocação do cadastro reserva para o cargo de Auditor-Fiscal do Trabalho.

Excelentíssima Senhora Ministra Esther Dweck,

Vimos, por meio desta carta, apresentar à Vossa Excelência a demanda imprescindível da convocação de mais Auditores-Fiscais do Trabalho (AFT) no Brasil. Os AFTs são essenciais para a proteção, saúde e segurança da classe trabalhadora. É a fiscalização do trabalho que assegura que os direitos dos trabalhadores urbanos e rurais sejam efetivados e garantidos, ao mesmo tempo em que fortalece a agenda do Governo Federal de reconstrução de políticas públicas voltadas ao trabalho decente.

Essa atuação é decisiva não apenas para proteger a segurança e os direitos dos trabalhadores, mas também para o fortalecimento do movimento sindical. Como é sabido, os AFTs fiscalizam o cumprimento de acordos e convenções coletivas de trabalho, instrumentos essenciais nas negociações sindicais. Os AFTs também combatem a informalidade que atinge 40 milhões de brasileiros ao formalizar os vínculos na CTPS, bem como problemas graves de Direitos Humanos que ainda afligem os trabalhadores, como o trabalho escravo, o trabalho infantil, o assédio no contexto de trabalho, o preconceito com a inclusão produtiva de jovens aprendizes e PcDs no mercado de trabalho, além de acidentes de trabalho com vítimas fatais.

Somam-se a isso mudanças recentes que trouxeram novas competências aos AFTs, como a Lei da Igualdade Salarial entre mulheres e homens, o Consignado do Trabalhador e a fiscalização do Seguro Desemprego do Pescador Artesanal, bem como a atualização da NR1, que prevê uma fiscalização muito mais intensa de aspectos relacionados à saúde mental.

Da mesma forma, surge, na contemporaneidade, novos problemas com o aprofundamento da precarização do trabalho, com a típica *uberização* de muitas profissões, bem como a nova divisão internacional do trabalho, que atrai empresas internacionais para o Brasil que muitas vezes não respeitam as legislações trabalhistas locais e necessitam de efetiva fiscalização.

No panorama atual, como já é de conhecimento deste Ministério, existem cerca de 1800 AFTs em exercício para fiscalizar as relações de trabalho em um país de dimensões continentais como Brasil, que possui uma população economicamente ativa (PEA) superior a 108 milhões de pessoas. Segundo a Resolução nº 81 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), o Brasil deveria contar com pelo menos 5441 AFTs, número muito distante do efetivo existente.

Essa realidade não é fruto do acaso. O Ministério do Trabalho e Emprego sofreu, no último governo, com a extinção de sua pasta e consequente sucateamento de sua estrutura, além da transição geracional que resultou em centenas de aposentadorias nos últimos anos. Adicionalmente, o Sindicato dos Auditores-Fiscais do Trabalho (Sinait) acredita que em média 500 AFTs devem deixar o cargo nos próximos 4 anos, ao mesmo tempo em que a população ocupada deve continuar crescendo. O resultado é um ponto crítico, que exige unidade e mobilização para o fortalecimento da fiscalização do trabalho.

Dar a devida importância à essa reestruturação representa uma oportunidade histórica para o Governo Federal. O último concurso para o cargo de AFT ocorreu em 2013 e a carreira está

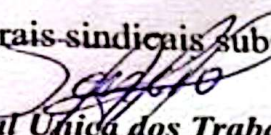
com o menor efetivo dos últimos 35 anos. É importante destacar que, além do importante papel social dos AFTs, estes são fundamentais para a arrecadação do governo ao atuar no combate à informalidade, com impacto direto nas contas da Previdência Social e do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), e também no recolhimento do FGTS, que financia diversas políticas públicas, como as de moradia e de crédito (novo consignado). Trata-se, portanto, uma carreira superavitária, em que os custos da contratação são compensados pelos benefícios financeiros que sua atuação promove.

A carreira conta com mais de 1800 cargos vagos. Mesmo após a convocação dos quase 900 aprovados no Concurso Público Nacional Unificado (CPNU) realizado em 2024, o déficit permanecerá alarmante. Acreditamos que a janela de oportunidade do governo atual não pode ser perdida e que o futuro político incerto do país não pode condenar os trabalhadores a continuarem convivendo uma presença precária da fiscalização do trabalho na sociedade, resultado de um sucateamento proposital por uma elite que não pensa o trabalho digno como caminho para o desenvolvimento do Brasil.

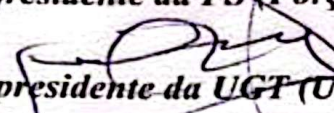
Entendemos as restrições orçamentárias que o governo atual vem sofrendo, e sabemos das dificuldades que este Ministério possui para atender tantos pleitos de diversas carreiras que se encontram em situação semelhante de precarização. Entretanto, é importante ressaltar que uma das principais carreiras a encontrar óbices para sua recomposição em governos de viés liberal é a fiscalização do trabalho. A oportunidade é agora e o futuro da classe trabalhadora e da atuação organizada dos sindicatos também depende desta tomada de decisão.

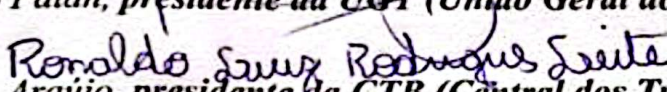
Contra toda e qualquer forma de exploração, os trabalhadores e trabalhadoras do Brasil não podem esperar mais tempo.

Em apoio a essa luta, as seguintes centrais sindicais subscrevem a presente carta:

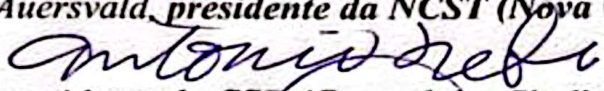

Sérgio Nobre, presidente da CUT (Central Única dos Trabalhadores)

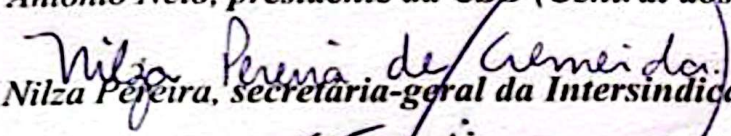

Miguel Torres, presidente da FS (Força Sindical)


Ricardo Patah, presidente da UGT (União Geral dos Trabalhadores)


Adilson Araújo, presidente da CTB (Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil)

Moacyr Tesch Auersvald, presidente da NCST (Nova Central Sindical de Trabalhadores)


Antonio Neto, presidente da CSB (Central dos Sindicatos Brasileiros)


Nilza Pereira, secretária-geral da Intersindical


José Gozze, presidente da Pública Central do Servidor